

SUMÁRIO

Livro VII – EXECUÇÃO FORÇADA

Título XXVII – A EXECUÇÃO EM GERAL

Capítulo CVIII – a execução civil: conceito, espécies e temas fundamentais – o cumprimento de sentença

1.521. execução e sanção executiva	33
1.522. execução e cumprimento de sentença.....	34
1.523. a execução na teoria geral do processo civil	35
1.524. execução, execução civil e execução forçada – o cumprimento de sentença – a chamada <i>execução imprópria</i>	37
1.525. a disciplina da execução no Código de Processo Civil – linhas gerais	38
1.526. temas centrais da execução civil.....	40
1.527. execução por título judicial ou extrajudicial – cumprimento de sentença (<i>infra</i> , n. 1.686)	40
1.528. meios de coerção e meios de sub-rogação.....	43
1.529. natureza jurisdicional da execução forçada.....	45
1.530. tutela jurisdicional executiva – crises de adimplemento.....	46
1.531. a tutela executiva como resultado da execução civil: satisfação do credor.....	47
1.532. tutela satisfativa exclusivamente ao credor (exequente).....	48
1.533. limites naturais e políticos à tutela jurisdicional executiva.....	49
1.534. menor onerosidade possível e efetividade da execução (CPC, art. 805)	51
1.535. execução indireta (<i>infra</i> , n. 1.899).....	54
1.536. execuções extrajudiciais.....	55

Capítulo CIX – execução, processo executivo e fase executiva

1.537. o processo executivo: conceito e autonomia – a fase de cumprimento de sentença.....	57
1.538. contraditório – constrições e coerções.....	60

1.539. juízos de valor no processo ou fase executiva.....	61
1.540. procedimentos, elementos estruturais e fases.....	62
1.541. atos das partes e do juiz no curso da execução.....	62
1.542. o provimento final e a tutela executiva.....	63
1.543. sujeitos da relação jurídica processual – partes – pluralidade de partes – sucessão	64
1.544. crises processuais: suspensão e extinção da execução (<i>supra</i> , n. 460 – <i>infra</i> , nn. 2.154 ss. e 2.168 ss.).....	65
Capítulo CX – pressupostos da tutela jurisdicional executiva	
1.545. inadimplemento e título executivo (insuficiência desse binômio)...	66
1.546. os pressupostos da tutela jurisdicional executiva (visão sistemática).....	67
1.547. os pressupostos e o direito à tutela executiva – o direito do exequente ao bem	69
1.548. elenco e sistematização dos pressupostos da tutela executiva	71
1.549. condições da ação executiva (<i>supra</i> , nn. 631 ss.).....	73
1.550. interesse de agir (<i>supra</i> , nn. 632-633 e 1.545 – <i>infra</i> , nn. 1.619 e 1.639).....	74
1.551. legitimidade <i>ad causam</i> (<i>supra</i> , nn. 633 ss. – <i>infra</i> , nn. 1.578 ss.).....	74
1.552. a possibilidade jurídica da execução e os limites da execução forçada (<i>supra</i> , nn. 1.532-1.533).....	75
1.553. pressupostos processuais.....	75
1.554. pressupostos com ou sem peculiaridades próprias à tutela executiva	77
Capítulo CXI – competência executiva	
1.555. dois regimes	78
1.556. competência por prevenção do juízo inferior ou do tribunal em causas de sua competência originária.....	79
1.557. competência para a execução fundada em título extrajudicial ou em outros títulos judiciais	81
1.558. opção do exequente pelo foro dos bens penhoráveis ou do domicílio do executado (cumprimento de sentença).....	82
1.559. incompetência internacional do juiz brasileiro (segunda exceção à regra geral – <i>infra</i> , n. 1.568)	83
1.560. execução fundada em adjudicação de quinhões (CPC, art. 515, inc. IV)	84
1.561. ressalva: execução por alimentos	85
1.562. competência executiva dos tribunais (processos de sua competência originária)	86
1.563. competências independentes.....	87

1.564. execução fundada em homologação de sentença estrangeira	88
1.565. execução civil fundada em sentença condenatória penal.....	90
1.566. execução fundada em sentença arbitral	91
1.567. execução por título extrajudicial.....	92
1.568. competência internacional para a execução por título extrajudicial	92
1.569. competência de jurisdição (Justiça competente).....	94
1.570. competência territorial	94
1.571. execuções cambiais.....	97
1.572. execução hipotecária.....	98
1.573. execução fiscal	99
1.574. prorrogação da competência territorial executiva	100
1.575. a incompetência executiva e seu controle pelo juiz	101
1.576. prevenção do juízo executivo – a impugnação, os processos incidentes e os atos a realizar sobre bens situados em outro foro...	103
1.577. competência para a execução por quantia certa contra devedor insolvente (<i>infra</i> , n. 2.189).....	104

Capítulo CXII – partes legítimas à execução forçada

1.578. legitimidade primária e outras	107
1.579. a legitimidade do lesado (tutela ao consumidor).....	109
1.580. legitimidade dos sucessores – o endossatário de título de crédito....	111
1.581. os sucessores <i>causa mortis</i>	113
1.582. o espólio e seu administrador, o inventariante	115
1.583. o herdeiro ou sucessor em face do inventariante ou de quem detenha os bens (quinção hereditário).....	117
1.584. sucessores universais por atos <i>inter vivos</i> (incorporação, fusão ou cisão de sociedades).....	117
1.585. cessionários do direito ou da obrigação (casos de assunção desta por terceiro).....	118
1.586. o sub-rogado (legitimidade ativa).....	120
1.587. o fiador (legitimidade ativa).....	122
1.588. o avalista (legitimidade ativa e passiva).....	123
1.589. o ofendido (legitimidade ativa).....	124
1.590. o responsável tributário.....	125
1.591. o advogado (legitimidade ativa)	126
1.592. o empregador, quando condenado o empregado (legitimidade passiva mas inexistência de título)	127
1.593. o terceiro meramente responsável (hipoteca <i>etc.</i>)	128
1.594. legitimidade passiva e o incidente de desconsideração da personalidade jurídica (CPC, arts. 133 ss. e 795, § 4º).....	130
1.595. o cônjuge	131

1.596. legitimidades extraordinárias à execução forçada.....	133
1.597. Ministério Público (execução em ação popular).....	133
1.598. Ministério Público (direitos difusos ou coletivos)	134
1.599. associações e demais entidades (interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos)	136
1.600. substituição processual do ofendido pelo Ministério Público?....	140

Capítulo CXIII – partes na execução – pluralidade de partes

1.601. as partes na execução – conceito puro de parte	141
1.602. a relação processual executiva e igualdade das partes na execução	143
1.603. partes no título executivo e partes na execução	144
1.604. a aquisição da qualidade de parte na execução	145
1.605. dever de lealdade entre as partes e atos atentatórios à dignidade da Justiça (<i>supra</i> , n. 613).....	146
1.606. pluralidade de partes	146
1.607. litisconsórcio	147
1.608. fiador e afiançado (litisconsórcio passivo facultativo).....	149
1.609. avalista e avalizado (litisconsórcio passivo facultativo).....	150
1.610. o ofertante de garantia real (mero responsável)	151
1.611. Ministério Público e associações (execuções coletivas).....	151
1.612. intervenções de terceiros.....	152
1.613. intervenções peculiares à execução por quantia certa.....	155
1.614. sucessão de partes na execução (<i>supra</i> , nn. 619 e 1.543)	156

Capítulo CXIV – o inadimplemento e a exigibilidade do crédito

1.615. as crises de adimplemento e o requisito do inadimplemento	158
1.616. inadimplemento ou mora? exigibilidade	159
1.617. o emprego do vocábulo <i>exigibilidade</i> e do adjetivo <i>exigível</i> pelo Código de Processo Civil.....	162
1.618. exigibilidade: regência pelo direito substancial	166
1.619. a exigibilidade como pressuposto da tutela jurisdicional – controle de ofício pelo juiz (<i>supra</i> , n. 1.021)	167
1.620. momento da exigibilidade (<i>supra</i> , n. 503)	168
1.621. obrigações positivas e líquidas – exigibilidade no termo fixado	169
1.622. vencimento antecipado das obrigações	171
1.623. obrigações de não fazer.....	171
1.624. responsabilidade civil por ato ilícito.....	172
1.625. interpelação – suprimento pela citação (<i>supra</i> , nn. 503-504).....	173
1.626. o lugar do cumprimento – obrigações portáteis ou quesíveis	176
1.627. o objeto e o modo do cumprimento.....	178
1.628. recusa do credor e interesse de agir	178

1.629. obrigações condicionais ou a termo.....	180
1.630. contraprestação devida pelo exequente	182

Título XXVIII – o crédito e o título executivo

Capítulo CXV – título executivo

1.631. conceito inicial e elementos conceituais	185
1.632. tipicidade legal do título executivo (<i>nullus titulus sine lege</i>).....	186
1.633. títulos executivos muito numerosos no processo civil brasileiro ...	188
1.634. probabilidade de existência do crédito	189
1.635. os fatores da probabilidade	190
1.636. atos ou fatos jurídicos	191
1.637. o título e o documento.....	192
1.638. a eficácia abstrata do título executivo e as demandas que não a comprometem (CPC, arts. 784, § 1º, e 969).....	194
1.639. o título executivo entre os pressupostos de admissibilidade da execução forçada.....	197
1.640. execuções fundadas em mais de um título executivo	198
1.641. título executivo e comprovação de fato ulterior.....	199
1.642. requisitos formais do título executivo	200
1.643. requisitos substanciais – certeza e liquidez (<i>infra</i> , n. 1.645)	202
1.644. original ou cópia.....	203

Capítulo CXVI – certeza e liquidez

1.645. as razões de ser dessas exigências e repercussões na ordem processual (<i>supra</i> , n. 1.643)	205
1.646. o requisito da certeza (não quanto à existência da obrigação).....	207
1.647. ainda a certeza (aplicações)	208
1.648. certeza reduzida: as obrigações alternativas – o incidente de concentração – obrigações determinadas pelo gênero e quantidade	209
1.649. liquidez.....	210
1.650. liquidez: dinheiro e coisas determináveis pelo gênero e quantidade	212
1.651. liquidez: juros e demais acréscimos – adiantamentos.....	213
1.652. iliquidez: cheque especial.....	214
1.653. liquidez suprida por documentos ulteriores ou por declaração do obrigado.....	215

Capítulo CXVII – títulos executivos judiciais ou extrajudiciais

1.654. títulos executivos judiciais ou extrajudiciais.....	217
1.655. eficácias executivas equiparadas	217
1.656. execução por título judicial ou por título extrajudicial	218

- 1.657. os títulos judiciais diferentes da sentença produzida no processo civil por juiz brasileiro 220
- 1.658. graus de probabilidade e defesas admissíveis 221

Capítulo CXVIII – títulos executivos judiciais

- 1.659. os títulos executivos judiciais no Código de Processo Civil..... 224
- 1.660. a sentença civil condenatória como título executivo e as inovações trazidas pelo Código de Processo Civil..... 225
- 1.661. decisões em geral e não somente sentenças 226
- 1.662. entre as sentenças condenatórias e as declaratórias positivas 227
- 1.663. nem todas as sentenças ou decisões declaratórias positivas 229
- 1.664. sobre a sentença condenatória como título executivo 231
- 1.665. as diversas condenações civis (*supra*, nn. 1.095 ss.)..... 232
- 1.666. condenação ordinária 233
- 1.667. condenação para o futuro 234
- 1.668. ainda a exigibilidade e a existência do direito (*supra*, n. 1.099).. 235
- 1.669. condenação alternativa..... 236
- 1.670. condenação genérica 237
- 1.671. condenação genérica (relações de consumo) 237
- 1.672. condenações aparentes 238
- 1.673. decisão homologatória de autocomposição judicial (transação ou reconhecimento do pedido – CPC, art. 515, incs. II-III) 238
- 1.674. homologação de acordos extrajudiciais..... 241
- 1.675. adjudicação de quinhão em partilha judicial (CPC, art. 515, inc. IV) 242
- 1.676. decisão judicial sobre créditos dos auxiliares da Justiça (CPC, art. 515, inc. V)..... 243
- 1.677. sentença penal condenatória transitada em julgado (CPC, art. 515, inc. VI) 244
- 1.678. sentença arbitral *condenatória* (CPC, art. 515, inc. VII) 246
- 1.679. sentença *condenatória* estrangeira homologada (CPC, art. 515, inc. VIII)..... 247
- 1.680. decisão interlocutória estrangeira após a concessão do *exequatur* à carta rogatória (CPC, art. 515, inc. IX)..... 249
- 1.681. outros atos de efeito condenatório 250
- 1.682. mandado de pagamento ou entrega (processo monitorio) 251
- 1.683. carta de arrematação não é título executivo 252
- 1.684. títulos executivos judiciais e as técnicas do cumprimento de sentença 253

Capítulo CXIX – os títulos executivos extrajudiciais no código de processo civil

- 1.685. o art. 784 do Código de Processo Civil e as leis extravagantes – as *execuções especiais* 255

1.686. execução por título extrajudicial (<i>supra</i> , n. 1.527).....	257
1.687. o rol dos títulos executivos extrajudiciais segundo o Código de Processo Civil (CPC, art. 784).....	259
1.688. títulos cambiais (CPC, art. 784, inc. I)	259
1.689. nota promissória.....	260
1.690. o emitente e o beneficiário – o procurador do emitente	261
1.691. praça de pagamento.....	262
1.692. valor e liquidez – juros – correção monetária – moeda estrangei- ra.....	263
1.693. notas promissórias vinculadas a contrato	265
1.694. data de emissão e data do pagamento.....	266
1.695. prescrição do crédito cambiário.....	267
1.696. o direito subjacente à nota promissória prescrita	267
1.697. aval	269
1.698. endosso.....	270
1.699. endosso-procuração.....	272
1.700. letra de câmbio	272
1.701. duplicata aceita ou protestada por falta de aceite e pagamento ...	274
1.702. cheque.....	275
1.703. debênture.....	278
1.704. penhora e alienação forçada do título cambial	279
1.705. documentos públicos ou particulares (CPC, art. 784, incs. II-III) – considerações gerais.....	280
1.706. escritura pública e outros documentos públicos (CPC, art. 784, inc. II)	281
1.707. documento particular (CPC, art. 784, inc. III).....	283
1.708. as testemunhas instrumentárias.....	284
1.709. atos referendados (CPC, art. 784, inc. IV)	286
1.710. hipoteca, penhor, anticrese e outros direitos reais de garantia (CPC, art. 784, inc. V)	289
1.711. caução real ou pessoal (CPC, art. 784, inc. V) – fiança	290
1.712. caução real.....	290
1.713. fiança (<i>supra</i> , n. 1.587)	292
1.714. contrato de seguro de vida e contrato de seguro de acidente de que resulte morte (CPC, art. 784, inc. VI).....	294
1.715. foro e laudêmio (CPC, art. 784, inc. VII).....	297
1.716. aluguéis e encargos acessórios – contratos de locação (CPC, art. 784, inc. VIII).....	297
1.717. contrato de locação: dimensões de sua eficácia executiva.....	302
1.718. contrato de fiança locatícia	305
1.719. seguro de fiança locatícia (LI, art. 37, III).....	308

1.720.	a certidão da dívida ativa dos entes públicos (CPC, art. 784, inc. IX) – execução fiscal.....	309
1.721.	créditos do condomínio edilício perante o condômino (CPC, art. 784, inc. X).....	309
1.722.	créditos de serventias do foro extrajudicial (CPC, art. 784, inc. XI)	310
1.723.	outros títulos instituídos em leis federais (CPC, art. 784, inc. XII)	311
1.724.	arrematante (falência)	311
1.725.	prêmio de seguro.....	312
1.726.	decisões dos Tribunais de Contas	312
1.727.	decisões do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).....	313
1.728.	adiantamentos em contrato de câmbio	314
1.729.	contrato de promessa de compra e venda.....	315
1.730.	contrato de prestação de serviços educacionais	316
1.731.	honorários de advogado.....	316
1.732.	não são títulos executivos (<i>supra</i> , n. 1.685).....	320
1.733.	contrato de cheque especial (<i>supra</i> , nn. 1.652 e 1.702).....	321
1.734.	hipoteca não registrada (<i>supra</i> , n. 1.710).....	321
1.735.	contrato de consórcio para aquisição de bens duráveis.....	321
1.736.	contrato de incorporação imobiliária.....	322
1.737.	contrato de corretagem.....	322
1.738.	plano de pecúlio	323
1.739.	borderô bancário	324
1.740.	ata de sociedade anônima	324
1.741.	confissão judicial.....	325
1.742.	possível opção pela via do processo de conhecimento	325

Título XXIX – responsabilidade patrimonial e fraudes do devedor

Capítulo CXX – responsabilidade patrimonial – bens suscetíveis de responsabilidade e ordem preferencial para a penhora

1.743.	responsabilidade patrimonial ou executiva	326
1.744.	a regra geral e seus desdobramentos.....	328
1.745.	obrigação e responsabilidade (<i>Schuld und Haftung</i>).....	329
1.746.	obrigação por dinheiro ou para entrega de coisa.....	332
1.747.	responsabilidade sem obrigação e obrigação sem responsabilidade	332
1.748.	responsabilidade patrimonial e responsabilidade civil – esclarecimento conceitual	334
1.749.	bens presentes ou futuros (CPC, art. 789).....	334

1.750. bens sujeitos ou não à responsabilidade patrimonial: visão geral	335
1.751. ordem preferencial para a penhora (CPC, art. 835).....	337
1.752. a ordem preferencial e a penhorabilidade dos bens.....	339
1.753. dinheiro em espécie (CPC, art. 835, inc. I)	339
1.754. depósitos em conta-corrente ou aplicações em instituições financeiras – caderneta de poupança (CPC, art. 835, inc. I).....	341
1.755. títulos da dívida pública (CPC, art. 835, inc. II).....	342
1.756. títulos e valores mobiliários com cotação em mercado (CPC, art. 835, inc. III)	342
1.757. veículos de via terrestre (CPC, art. 835, inc. IV)	343
1.758. bens imóveis (CPC, art. 835, inc. V).....	344
1.759. bens móveis em geral (CPC, art. 835, inc. VI).....	344
1.760. bens semoventes (CPC, art. 835, inc. VII)	345
1.761. navios e aeronaves (CPC, art. 835, inc. VIII).....	345
1.762. quotas de sociedade limitada e ações de sociedade anônima (CPC, art. 835, inc. IX)	346
1.763. percentual de faturamento de empresa (CPC, art. 835, inc. X) ...	348
1.764. pedras e metais preciosos (CPC, art. 835, inc. XI).....	349
1.765. direitos aquisitivos derivados de promessa de compra e venda (CPC, art. 835, inc. XII).....	349
1.766. direitos aquisitivos derivados de alienação fiduciária em garantia (CPC, art. 835, inc. XII).....	350
1.767. “ <i>outros direitos</i> ” (CPC, art. 835, inc. XIII)	351
1.768. créditos do executado.....	352
1.769. os precatórios judiciais.....	353
1.770. bens gravados de garantia real.....	354
1.771. bens em poder de terceiro (<i>infra</i> , n. 1.946)	356
1.772. usufruto e nua-propriedade	357
1.773. concessão ou permissão de serviço público	358
1.774. bens já penhorados.....	358

Capítulo CXXI – bens impenhoráveis

1.775. impenhorabilidade.....	359
1.776. impenhorabilidade absoluta ou relativa.....	361
1.777. interpretação ética e teleológica das impenhorabilidades	362
1.778. impenhorabilidade por ato voluntário (absoluta)	364
1.779. quantias provenientes de liberalidade (CPC, art. 833, inc. IV)....	366
1.780. impenhorabilidades absolutas por força de lei (CPC, art. 833) ...	366
1.781. bens inalienáveis por força de lei ou por ato de vontade (CPC, art. 833, inc. I)	367
1.782. o chamado <i>bem de família</i> (lei n. 8.009, de 29.3.90) e os <i>móveis, pertences e utilidades que o guarnecem</i> (CPC, art. 833, inc. II)....	369

1.783. vestuário e pertences de uso pessoal (CPC, art. 833, inc. III).....	373
1.784. hipóteses heterogêneas no art. 833, inc. IV	375
1.785. vencimentos, soldos, subsídios, proventos, salários e honorários (CPC, art. 833, inc. IV)	375
1.786. depósitos em caderneta de poupança (CPC, art. 833, inc. X).....	377
1.787. depósitos bancários e aplicações	378
1.788. verbas previdenciárias.....	379
1.789. pensões alimentícias.....	379
1.790. ganhos de trabalhadores autônomos e honorários de profissional liberal (CPC, art. 833, inc. IV).....	380
1.791. bens necessários ou úteis ao exercício de profissão (CPC, art. 833, inc. V).....	382
1.792. bens necessários ou úteis às pequenas empresas.....	383
1.793. faturamentos, depósitos e aplicações de empresas	384
1.794. seguro de vida (CPC, art. 833, inc. VI)	384
1.795. material de construção (CPC, art. 833, inc. VII).....	385
1.796. pequenas propriedades rurais (CPC, art. 833, inc. VIII).....	386
1.797. recursos públicos (CPC, art. 833, incs. IX e XI).....	387
1.798. créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias sob re- gime de incorporação imobiliária (CPC, art. 833, inc. XII).....	387
1.799. impenhorabilidades relativas (CPC, art. 834)	388
1.800. frutos e rendimentos de bens inalienáveis	389
1.801. ressalvas: dívidas de alimentos e crédito para a aquisição do próprio bem	390

Capítulo CXXII – bens de terceiros

1.802. bens alheios – responsabilidade executiva além do patrimônio do obrigado.....	393
1.803. bens do sucessor a título singular (CPC, art. 790, inc. I).....	394
1.804. bens do sócio (CPC, art. 790, inc. II)	396
1.805. a desconsideração da personalidade jurídica (CPC, art. 790, inc. VII)	399
1.806. bens em poder de terceiro (CPC, art. 790, inc. III – <i>supra</i> , n. 1.771).....	401
1.807. bens do cônjuge ou do companheiro (CPC, art. 790, inc. IV – <i>supra</i> , n. 1.595)	401
1.808. bens alienados ou gravados em fraude de execução (CPC, art. 790, inc. V – <i>infra</i> , nn. 1.826 ss.).....	403
1.809. bens alienados em fraude contra credores reconhecida em ação pauliana (CPC, art. 790, inc. VI – CC, arts. 158-165)	404
1.810. bens oferecidos em garantia real e depois alienados.....	405
1.811. bens do responsável, nos casos de desconsideração da persona- lidade jurídica (CPC, art. 790, inc. VII)	405

- 1.812. o terceiro responsável: parte indispensável no processo executivo – o incidente de desconsideração da personalidade jurídica (*supra*, n. 1.593)..... 406

Capítulo CXXIII – as fraudes do devedor

- 1.813. conceito – perspectiva geral..... 407
- 1.814. as três fraudes do devedor e os diferentes tratos que merecem ... 408
- 1.815. ineficácia..... 410
- 1.816. os atos fraudulentos não são nulos nem anuláveis 412
- 1.817. ineficácia, anulação e o Código de Processo Civil..... 415
- 1.818. os atos fraudulentos e seu objeto 416
- 1.819. aniquilação ou redução do patrimônio do obrigado..... 417
- 1.820. insolvência: limites de sua relevância 418
- 1.821. insolvência: elementos conceituais e sistemáticos 419
- 1.822. insolvência gerada ou agravada..... 420
- 1.823. ônus da prova e presunção de insolvência..... 421
- 1.824. fraude contra credores – o *consilium fraudis* 422
- 1.825. ação pauliana..... 424
- 1.826. fraude de execução – hipóteses e caracterização – duas vertentes distintas (CPC, art. 792, incs. I e IV)..... 427
- 1.827. fraude de execução: processo instaurado 429
- 1.828. na pendência da fase de cumprimento de sentença..... 430
- 1.829. em caso de desconsideração da personalidade jurídica..... 431
- 1.830. fraude de execução e alienação ou oneração de bem constrito: conhecimento pelo terceiro, prova e presunção 432
- 1.831. a posição do adquirente..... 434
- 1.832. alienações sucessivas 435
- 1.833. fraude de execução: alienação ou oneração da coisa litigiosa (CPC, art. 792, inc. I – *supra*, n. 1.808) 436
- 1.834. ainda a litigiosidade: pretensões fundadas em direito real ou pessoal 437
- 1.835. fraude à execução por quantia certa (CPC, art. 792, inc. IV) 438
- 1.836. alienação do bem constrito (penhorado, arrestado, apreendido *etc.*)..... 439
- 1.837. fraudes cometidas pelo mero responsável..... 443

Título XXX – o cumprimento de sentença e as diversas espécies de execução

Capítulo CXXIV – processo autônomo de execução e a fase de cumprimento de sentença

- 1.838. a mais ampla das divisões das espécies executivas: execução por título judicial ou por título extrajudicial – o cumprimento de sentença 445

1.839.	o cumprimento de sentença em processo autônomo.....	447
1.840.	quadro geral das execuções (cumprimento de sentença ou processo autônomo de execução).....	447
1.841.	o cumprimento de sentença na teoria geral da execução e do processo civil.....	448

Capítulo CXXV – execução para entrega de coisa, por obrigações de conduta ou por quantia certa – execução específica ou inespecífica

1.842.	as três clássicas espécies de execução – critérios variados – classificações imperfeitas	451
1.843.	execução específica ou inespecífica.....	454
1.844.	elementos comuns às diversas espécies de execução.....	456
1.845.	execução contra devedor solvente ou insolvente	457
1.846.	procedimentos – atos e fases.....	458

Capítulo CXXVI – instauração do processo ou fase de execução – efeitos da litispendência executiva

1.847.	instauração do processo ou fase de execução.....	461
1.848.	início da fase executiva ou de cumprimento de sentença (<i>infra</i> , nn. 1.873 e 1.939).....	462
1.849.	formação do processo executivo autônomo	463
1.850.	litispendência executiva.....	464
1.851.	processo executivo autônomo: efeitos processuais da propositura da demanda executiva (<i>supra</i> , nn. 475 ss.)	465
1.852.	induzir litispendência	465
1.853.	prevenção do juízo executivo	466
1.854.	perpetuação da competência	467
1.855.	estabilização da demanda executiva (<i>supra</i> , nn. 481-483)	468
1.856.	efeitos substanciais (<i>supra</i> , nn. 491 ss.)	469
1.857.	litigiosidade da coisa (<i>supra</i> , nn. 491 e 1.843).....	470
1.858.	interrupção da prescrição (<i>supra</i> , n. 492) e prescrição intercorrente	471

Capítulo CXXVII – a iniciativa do exequente – a citação ou intimação do executado

1.859.	inércia judicial e demanda executiva.....	473
1.860.	petição inicial executiva – processo autônomo de execução	474
1.861.	requerimento de execução – cumprimento de sentença.....	475
1.862.	conteúdo e requisitos da petição inicial executiva	475
1.863.	partes (<i>supra</i> , nn. 1.188 e 1.601 ss.).....	476
1.864.	causa de pedir.....	477
1.865.	pedido	479

1.866. o objeto da execução (<i>supra</i> , n. 511).....	481
1.867. valor da causa (<i>supra</i> , n. 1.195).....	483
1.868. requisitos específicos	484
1.869. documentos	485
1.870. deferimento ou indeferimento da petição inicial executiva (o <i>diálogo</i>)	488
1.871. inadmissível a conversão em processo de conhecimento	490
1.872. citação do executado (processo executivo autônomo).....	490
1.873. intimação (cumprimento de sentença – <i>supra</i> , n. 1.848)	492
Capítulo CXXVIII – execução para entrega de coisa	
1.874. execução para entrega de coisa.....	493
1.875. entre o cumprimento de sentença e o processo executivo	494
1.876. coisa certa ou coisas determinadas pelo gênero e espécie (“incertas”)	496
1.877. coisas determinadas pelo gênero e quantidade – conceito.....	497
1.878. graus variáveis de indeterminação.....	497
1.879. limitações à escolha (pelo credor ou pelo obrigado).....	499
1.880. modos de escolher – <i>o incidente de concentração</i>	499
1.881. o procedimento – processo autônomo de execução (CPC, arts. 806-813)	500
1.882. a entrega como ato de satisfação do direito do exequente	502
1.883. a execução para entrega na fase de cumprimento de sentença – necessária iniciativa do credor	503
Capítulo CXXIX – execução por obrigações de fazer ou de não fazer	
1.884. execução por obrigações de fazer ou de não fazer	505
1.885. deveres de conduta e direito ao resultado.....	507
1.886. entre o cumprimento de sentença e o processo executivo autônomo.....	509
1.887. distinções – obrigações positivas, negativas <i>etc.</i>	510
1.888. as diversas técnicas executivas relativas à execução por obrigações de conduta – mediante o cumprimento de sentença ou em processo autônomo.....	512
1.889. necessária iniciativa de parte – no processo autônomo de execução e na fase de cumprimento de sentença.....	512
1.890. no processo autônomo de execução – <i>a citação e atos ulteriores</i>	513
1.891. obrigações positivas fungíveis.....	514
1.892. obrigações positivas personalíssimas (<i>supra</i> , n. 1.887)	515
1.893. sobre as obrigações de contratar (sentenças substitutivas da vontade do obrigado – <i>supra</i> , nn. 1.109 e 1.112).....	516
1.894. obrigações de não fazer.....	517
1.895. obrigações de tolerar atividade	518

1.896. a execução por obrigações de conduta na fase de cumprimento de sentença	518
1.897. conversão em dinheiro: excepcionalidade.....	519
1.898. os casos e os limites da conversão em pecúnia	521

Capítulo CXXX – multas coercitivas

1.899. pressões psicológicas a cumprir – as multas coercitivas.....	524
1.900. o valor das multas	525
1.901. sem caráter repressivo ou reparatório.....	527
1.902. o momento da cominação e a decisão que a impõe – de ofício ou a requerimento.....	527
1.903. adequação das multas vincendas a situações supervenientes	528
1.904. incidência e exigibilidade	529

Título XXXI – execução por quantia certa contra devedor solvente

Capítulo CXXXI – em processo autônomo ou em mera fase de cumprimento de sentença – aspectos gerais

1.905. execução por quantia certa contra devedor solvente.....	532
1.906. a execução por quantia em cumprimento de sentença ou em processo autônomo.....	533
1.907. o escopo da execução por quantia – duas expropriações destinadas a satisfazer o crédito	534
1.908. constrictões e coerções – duas técnicas associadas.....	537
1.909. a execução por quantia como mera fase processual – cumprimento de sentença.....	538
1.910. cumprimento de sentença em processo autônomo.....	540
1.911. procedimento: estrutura, atos e fases (processo executivo autônomo ou fase de cumprimento de sentença)	541
1.912. casos de complexidade maior	543
1.913. a conversão em pecúnia e a execução por quantia (<i>supra</i> , n. 1.897).....	543
1.914. penhora mais antiga e preferência sobre o bem (<i>prior tempore potior jure</i> – CPC, art. 797)	545
1.915. bens suscetíveis à execução por quantia certa (dinheiro ou outro bem) – o destino dos bens penhorados (<i>supra</i> , nn. 1.743 ss.).....	546
1.916. execuções sujeitas a regimes especiais no Código de Processo Civil.....	548
1.917. medidas de preservação do patrimônio sujeito à execução – protestos e averbações.....	548
1.918. o protesto de sentença ou decisão de mérito	549
1.919. averbações.....	550
1.920. parcelamento autorizado por lei (CPC, art. 916).....	552

1.921. remição da execução.....	554
1.922. remição dos bens penhorados.....	555
1.923. desistência da execução.....	556

Capítulo CXXXII – petição inicial e citação – requerimento e intimação

1.924. a petição inicial – processo executivo autônomo.....	557
1.925. valor da causa (<i>supra</i> , nn. 1.195 e 1.867).....	559
1.926. demonstrativo do débito (CPC, arts. 524 e 798, inc. I, letra <i>b</i>)....	559
1.927. verificação liminar pelo juiz (CPC, art. 524, §§ 1º ss.).....	560
1.928. em caso de assistência judiciária.....	562
1.929. documentos (<i>supra</i> , n. 1.869).....	563
1.930. deferimento ou indeferimento da petição inicial ou do requerimento de execução (<i>supra</i> , n. 1.870).....	563
1.931. fixação inicial dos honorários.....	564
1.932. citação (execução em processo autônomo).....	565
1.933. as possíveis condutas do executado.....	568
1.934. arresto (CPC, art. 830).....	570
1.935. indicação de bens à penhora.....	572
1.936. indicação de bens pelo exequente.....	572
1.937. indicação de bens pelo executado.....	573
1.938. dimensão da eficácia da indicação feita pelo exequente ou pelo executado.....	575
1.939. na execução por quantia mediante cumprimento de sentença – fase intermediária, intimação, multa e requerimento do credor (CPC, art. 523, <i>caput</i> e §§ 1º a 3º).....	576
1.940. na execução por quantia em cumprimento de sentença – intimação, penhora, avaliação e prazo para oferecer impugnação (CPC, arts. 523 ss.).....	579
1.941. execução por quantia em cumprimento de sentença – prosseguimento.....	579

Capítulo CXXXIII – penhora e depósito

1.942. penhora: conceito, finalidade e efeitos.....	581
1.943. os efeitos conservativos da penhora.....	584
1.944. bens a penhorar – o principal e os acessórios.....	585
1.945. penhora de bens dados em garantia real.....	587
1.946. modos de penhorar.....	590
1.947. penhora de bens móveis.....	592
1.948. penhora de bens imóveis.....	593
1.949. averbação da distribuição e presunção geral de conhecimento ...	593
1.950. penhora de dinheiro em depósito ou aplicação – indisponibilização de ativos financeiros.....	595

1.951. penhora de percentual do faturamento de empresa (<i>supra</i> , n. 1.763).....	597
1.952. penhora de bem indivisível pertencente a cônjuges ou condôminos em geral	597
1.953. da penhora ao depósito do bem	598
1.954. a penhora nas execuções especiais (<i>infra</i> , nn. 2.011-2.019)	599
1.955. penhora no rosto dos autos (<i>infra</i> , n. 2.011).....	600
1.956. incidentes da penhora.....	601
1.957. conversão do arresto em penhora	602
1.958. modificações da penhora.....	603
1.959. em benefício do exequente	603
1.960. em benefício do executado	604
1.961. a substituição do bem penhorado – especialmente a substituição por dinheiro	604
1.962. outras hipóteses de substituição do bem penhorado	606
1.963. alterações do objeto da penhora – disposições especiais – fiança bancária ou seguro – outorga conjugal	607
1.964. intimação ao executado (na execução em processo autônomo) ..	607
1.965. intimação ao cônjuge ou companheiro (ou <i>citação</i>)	608
1.966. intimação ao credor com garantia real.....	609
1.967. penhora de bens situados em outro foro – carta precatória (CPC, art. 845, § 2º).....	609
1.968. a competência do juízo deprecado.....	610
1.969. a administração dos bens pelo depositário	611
1.970. o depositário e sua responsabilidade	612

Capítulo CXXXIV – avaliação dos bens penhorados

1.971. conceito e finalidade	616
1.972. momento da avaliação	617
1.973. o avaliador nomeado.....	617
1.974. a avaliação e o laudo do avaliador.....	618
1.975. impugnação e repetição da avaliação – homologação pelo juiz..	619
1.976. dispensa de avaliação (bens cotados em bolsa).....	621
1.977. avaliação pelo executado	622

Capítulo CXXXV – adjudicação, arrematação e outros modos de alienar o bem penhorado

1.978. alienação do bem penhorado: ato imperativo do Estado-juiz.....	623
1.979. modos de alienar e as preferências do Código de Processo Civil (adjudicação, arrematação <i>etc.</i>)	625
1.980. expropriar apenas o necessário	627
1.981. adjudicação.....	628

1.982. adjudicação ao exequente	629
1.983. adjudicação a terceiro – familiares	631
1.984. adjudicação a terceiro – credores concorrentes.....	632
1.985. adjudicação a terceiro – titulares de certos direitos.....	632
1.986. licitação entre pretendentes à adjudicação	633
1.987. alienação por iniciativa particular.....	635
1.988. alienação em leilão judicial	638
1.989. a arrematação – conceito.....	639
1.990. atos preparatórios: edital e intimações pessoais	639
1.991. o edital	640
1.992. as intimações	642
1.993. o leilão	644
1.994. realização por leiloeiro e lugar da realização	645
1.995. os licitantes – quem é e quem não é admitido a oferecer lance ...	645
1.996. o valor da arrematação	648
1.997. a melhor oferta	649
1.998. as ofertas.....	649
1.999. o depósito do valor.....	651
2.000. o auto de adjudicação ou arrematação e o termo de alienação	651
2.001. a carta de adjudicação, arrematação ou alienação <i>e a ordem de entrega</i>	652
2.002. alienação antecipada	653
2.003. alienação em bolsa de valores ou de mercadorias.....	655
2.004. efeitos dos atos expropriatórios do bem penhorado	656
2.005. desconstituição da arrematação	660
2.006. desconstituição dos demais atos expropriatórios	662
Capítulo CXXXVI – entrega do dinheiro e concurso de preferências	
2.007. fase satisfativa do processo de execução por quantia certa (<i>supra</i> , n. 1.907).....	663
2.008. a entrega do dinheiro ao exequente	664
2.009. concurso de preferências (entre credores)	665
Capítulo CXXXVII – execuções sujeitas a regimes especiais	
2.010. visão de conjunto – execuções especiais por quantia certa.....	668
2.011. execução sobre créditos (<i>supra</i> , n. 1.954)	670
2.012. duas intimações.....	671
2.013. execução sobre dinheiro em depósito ou em aplicação financeira (CPC, art. 854)	674
2.014. a execução sobre quotas ou ações de sociedades personificadas (CPC, art. 861)	676

2.015.	a execução sobre empresas, outros estabelecimentos ou semoventes.....	677
2.016.	execução sobre frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel (CPC, arts. 867-869).....	679
2.017.	execução por alimentos.....	681
2.018.	prisão do alimentante	685
2.019.	execução por pensões decorrentes de ato ilícito (CPC, art. 533)	689
2.020.	execução por quantia certa contra a Fazenda Pública – por título judicial ou extrajudicial.....	693
2.021.	por título judicial – cumprimento de sentença	695
2.022.	por título extrajudicial – processo autônomo	697
2.023.	execução por direitos individuais homogêneos.....	697

Título XXXII – liquidação e concentração das obrigações

Capítulo CXXXVIII – liquidação de sentença e incidente de concentração das obrigações

2.024.	liquidação de sentença: conceito e finalidade.....	700
2.025.	liquidação de títulos judiciais, não de extrajudiciais.....	701
2.026.	condenação parcialmente líquida e parcialmente ilíquida	702
2.027.	os modos de determinar o valor do crédito	703
2.028.	fase de liquidação (<i>supra</i> , n. 925).....	705
2.029.	processo autônomo de liquidação (sentença condenatória penal, arbitral ou estrangeira)	707
2.030.	competência (<i>supra</i> , n. 1.556)	708
2.031.	legitimidade ativa de ambas as partes.....	709
2.032.	liquidação pelo procedimento comum	709
2.033.	liquidação por arbitramento	710
2.034.	ação de liquidação – a natureza do ato que julga o mérito da liquidação	713
2.035.	decisão meramente declaratória – coisa julgada material	714
2.036.	o <i>valor zero</i> e o <i>non liquet</i>	716
2.037.	o controle do valor do crédito na impugnação à execução	717
2.038.	liquidações incidentes	719
2.039.	a liquidação das sentenças sobre direitos individuais homogêneos.....	720
2.040.	a regra de fidelidade ao título executivo (CPC, art. 509, § 4º)....	724
2.041.	ressalvas e mitigações	725
2.042.	condenação por honorários da sucumbência na fase de liquidação	726
2.043.	os incidentes de concentração das obrigações (<i>supra</i> , nn. 1.648 e 1.880).....	727

Título XXXIII – a defesa do executado e de terceiros**Capítulo CXXXIX – as oposições do executado (impugnação ao cumprimento de sentença e embargos à execução)**

2.044. as oposições do executado – a impugnação ao cumprimento de sentença e os embargos à execução	729
2.045. fases de um procedimento?.....	732
2.045-A. os embargos à execução: um processo autônomo incidente ao da execução por título extrajudicial.....	733
2.045-B. a impugnação do cumprimento de sentença: um incidente dessa fase processual	734
2.046. o procedimento da impugnação ou dos embargos	736
2.047. ação destinada a neutralizar ou reduzir a eficácia abstrata do título executivo	738
2.048. objeto da oposição – mérito	739
2.049. pressupostos de admissibilidade da oposição (impugnação ou embargos do executado)	741
2.050. possibilidade jurídica – impugnação ou embargos	742
2.051. legitimidade <i>ad causam</i> ativa – impugnação ou embargos	743
2.052. legitimidade passiva – casos de litisconsórcio passivo (necessário ou facultativo).....	746
2.053. o interesse de agir no direito anterior (embargos à execução).....	748
2.054. o interesse de agir no direito vigente – o início do prazo para opor os embargos ou a impugnação	749
2.055. ainda o prazo para opor embargos ou impugnação – regras especiais – independência – simultaneidade	750
2.056. o prazo para embargar ou impugnar não se renova.....	751
2.057. o preparo é indevido (<i>supra</i> , n. 882)	752
2.058. competência – embargos ou impugnação	753
2.059. os fundamentos dos embargos ou da impugnação – diferentes dimensões	755
2.060. três ordens de fundamentos das oposições.....	757
2.061. oposições de mérito (CPC, arts. 525, § 1º, inc. VII, e 917, inc. VI)	758
2.062. o pagamento	761
2.063. a novação.....	761
2.064. a compensação	762
2.065. a transação.....	763
2.066. a prescrição.....	763
2.067. o distrato.....	764
2.068. a perda do interesse ou utilidade.....	764
2.069. a morte do credor	765

2.070.	a impossibilidade de cumprimento.....	765
2.071.	vícios de consentimento (acordos homologados)	766
2.072.	impugnação à memória de cálculo (CPC, art. 524 – <i>infra</i> , n. 2.083).....	768
2.073.	eficácia da decisão (oposições de mérito)	769
2.074.	oposições relacionadas com o direito à execução	771
2.075.	inexistência de título executivo (<i>supra</i> , n. 1.632)	772
2.076.	o título executivo inconstitucional.....	773
2.077.	vício de citação no processo de conhecimento – desconstituição do título executivo (CPC, art. 525 § 1º, inc. I).....	774
2.078.	iliquidez do crédito (<i>supra</i> , nn. 1.649 ss.)	776
2.079.	inexigibilidade (<i>supra</i> , nn. 1.615 ss.)	776
2.080.	direito de retenção: inexigibilidade do direito do exequente	777
2.081.	ilegitimidade <i>ad causam</i> para a execução (<i>supra</i> , nn. 1.578 ss.)	780
2.082.	excesso de execução	781
2.083.	quantia superior à do título – a memória de cálculo (CPC, art. 917, § 2º, inc. I).....	782
2.084.	coisa diversa daquela declarada no título (CPC, art. 917, § 2º, inc. II)	784
2.085.	direito diferente do indicado no título	785
2.086.	oposições em matéria puramente processual – nulidades.....	785
2.087.	cumulação indevida de execuções (CPC, arts. 525, § 1º, inc. V, e 917, inc. III – <i>supra</i> , n. 1.865)	787
2.088.	incompetência relativa, suspeição ou impedimento (CPC, arts. 525, § 1º, inc. VI, e 917, inc. V)	788
2.089.	impugnação à sentença arbitral (<i>supra</i> , n. 1.678)	789
2.090.	impugnação à execução específica por título judicial	793
2.091.	embargos à execução por título extrajudicial	794
2.092.	oposição cumulativa (impugnação ou embargos) – mais de um fundamento ou mais de um pedido.....	796
2.093.	suspensão da execução.....	797
2.094.	cont.: em caso de impugnação ou embargos parciais	799
2.095.	impugnação ou embargos subjetivamente parciais.....	800
2.096.	o processo dos embargos ou o incidente de impugnação – da demanda inicial à intimação do embargado	802
2.097.	rejeição liminar dos embargos ou da impugnação (indeferimento da petição inicial).....	803
2.098.	a resposta à impugnação ou aos embargos.....	805
2.099.	não há efeito da revelia nas oposições do executado	806
2.100.	procedimento – cognição plena – julgamento antecipado do mérito	807

2.101. ônus da prova	808
2.102. prazos em dobro – litisconsortes (<i>supra</i> , n. 829)	809
2.103. prazos em dobro – Ministério Público, Fazenda <i>etc.</i> (<i>supra</i> , n. 829).....	810
2.104. suspensão do processo dos embargos ou do incidente de impugnação ao cumprimento de sentença	810
2.105. extinção dos embargos ou da impugnação – esp. em caso de desistência da execução	811
2.106. a sentença e seus efeitos	814
2.107. os recursos nos embargos ou na impugnação.....	816
2.108. coisa julgada	817
2.109. duplo grau obrigatório (CPC, art. 496).....	818

Capítulo CXL – outros meios de tutela ao executado

2.110. controle da execução sem os embargos ou impugnação.....	820
2.111. controle <i>ex officio</i>	823
2.112. matéria sujeita a controle oficial	823
2.113. objeção de pré-executividade (ou de não executividade?).....	826
2.114. decisões e recursos.....	830
2.115. ação cognitiva autônoma (declaratória ou desconstitutiva)	830
2.116. os extintos embargos de segunda fase (CPC-73, art. 746).....	833
2.117. impugnação ao valor da causa (<i>supra</i> , nn. 1.195, 1.196, 1.867 e 1.925).....	834
2.118. incidente de falsidade (<i>supra</i> , n. 1.371).....	835

Capítulo CXLI – embargos de terceiro

2.119. conceito – o <i>terceiro</i> , o mérito e as condições da ação	837
2.120. proprietário ou possuidor	839
2.121. o processo, seu objeto e a tutela jurisdicional nos embargos de terceiro.....	840
2.122. não há uma declaração <i>principaliter</i> do domínio ou direito à posse	841
2.123. ainda o terceiro – situações particulares	842
2.124. relativa fungibilidade entre embargos de terceiro e embargos à execução	848
2.125. constrição sobre bens – ameaça.....	849
2.126. legitimidade ativa.....	850
2.127. legitimidade passiva – casos de litisconsórcio necessário-unitário.....	853
2.128. intimação ao terceiro titular de interesse em embargar.....	854
2.129. competência.....	855
2.130. competência – Justiça Federal	856

2.131. limites temporais – processo ou fase de execução (CPC, art. 675).....	856
2.132. limites temporais – processo ou fase de conhecimento (CPC, art. 675)	858
2.133. a oposição dos embargos – petição inicial	858
2.134. as possíveis decisões iniciais do juiz	859
2.135. suspensão da execução e mandado liminar (CPC, art. 678)	860
2.136. citação.....	862
2.137. procedimento comum	863
2.138. revelia e efeito da revelia	864
2.139. cognição e prova	865
2.140. ônus da prova	865
2.141. extinção sem julgamento do mérito – a desistência da execução	866
2.142. sentença de mérito, questões a serem examinadas e coisa julgada material.....	867
2.143. despesas e honorários.....	868
2.144. recursos e seus efeitos.....	869

Título XXXIV – cumprimento provisório de sentença

Capítulo CXLII – cumprimento provisório

2.145. conceito e justificação do instituto.....	871
2.146. âmbito de incidência	873
2.147. cumprimento provisório ou definitivo (CPC, arts. 520 ss.)	874
2.148. o regime legal da execução provisória	877
2.149. desconstituição dos atos executivos (CPC, art. 520, inc. II).....	878
2.150. responsabilidade do exequente por danos (CPC, art. 520, inc. I)....	880
2.151. caução (CPC, art. 520, inc. IV).....	882
2.152. dispensa de caução (CPC, art. 521)	884
2.153. execução específica provisória	886

Título XXXV – crises da execução

Capítulo CXLIII – suspensão da execução

2.154. suspensão do processo executivo ou da fase de cumprimento de sentença – uma introdução sistemática (supra, nn. 866 e 1.022 ss.).....	888
2.155. as hipóteses dos arts. 313 e 315 – o âmbito de sua aplicação à execução	890
2.156. impugnação ou embargos à execução recebidos com suspensividade (CPC, art. 921, inc. II, c/c arts. 525, § 6º, e 919, <i>caput e</i> § 1º – <i>supra</i> , n. 2.093).....	892
2.157. sobre os embargos de retenção (CPC, art. 917, inc. IV).....	893

2.158. embargos de terceiro (CPC, arts. 674 ss. – <i>supra</i> , n. 2.135).....	893
2.159. suspensão em caso de parcelamento (CPC, art. 916).....	894
2.160. a falta de bens a penhorar e a não localização do executado (CPC, art. 921, inc. III)	895
2.161. falta de licitantes e adjudicação não requerida pelo exequente (CPC, art. 921, inc. IV)	897
2.162. o ato judicial que determina a suspensão da execução	897
2.163. penhora no rosto dos autos (CPC, art. 860 – <i>supra</i> , nn. 1.955 e 2.011).....	897
2.164. concurso de preferências (CPC, arts. 908-909 – <i>supra</i> , n. 2.009)....	898
2.165. cumprimento provisório e caução.....	899
2.166. exigência de contraprestação (CPC, art. 787, par.)	899
2.167. as objeções de pré-executividade e as ações cognitivas autôno- mas não suspendem a execução (<i>supra</i> , nn. 2.113 e 2.115).....	900

Capítulo CXLIV – extinção da execução

2.168. a extinção da execução – sempre por sentença (<i>supra</i> , n. 1.542)...	903
2.169. causas extintivas da execução.....	904
2.170. satisfação do exequente por ato do juiz, do executado ou de ter- ceiro (CPC, art. 924, inc. II)	905
2.171. extinção por autocomposição ou “qualquer outro meio” (CPC, art. 924, incs. III-IV – <i>supra</i> , nn. 1.118-1.121)	907
2.172. prescrição intercorrente.....	908
2.173. outras hipóteses de extinção da obrigação – adimplemento vo- luntário	908
2.174. remição da execução.....	909
2.175. a negativa do direito (execução por título extrajudicial).....	909
2.176. extinção por falta de pressupostos da execução (<i>supra</i> , nn. 1.545-1.554).....	910
2.177. falta do título executivo (<i>supra</i> , n. 2.075)	911
2.178. iliquidez do crédito (<i>supra</i> , n. 2.078)	912
2.179. inexigibilidade do crédito (<i>supra</i> , nn. 1.616 ss. e 2.079).....	912
2.180. ilegitimidade <i>ad causam</i> (<i>supra</i> , nn. 1.578 ss. e 2.081).....	913
2.181. desistência da ação executiva (<i>supra</i> , n. 1.061)	914
2.182. abandono do processo (<i>supra</i> , n. 1.062).....	915
2.183. o indeferimento da petição inicial executiva.....	915
2.184. as (mal) chamadas <i>extinções parciais</i>	916

Capítulo CXLV – execução por quantia certa contra devedor insolvente

2.185. regência pelo Código de Processo Civil de 1973.....	918
2.186. execução universal e coletiva – processo autônomo.....	918
2.187. pressuposto específico: insolvência do devedor (<i>supra</i> , n. 1.820- 1.821).....	920

2.188. legitimidade.....	921
2.189. competência (<i>supra</i> , n. 1.577)	922
2.190. citação e defesas do devedor.....	923
2.191. o procedimento, a sentença e seus efeitos	924
2.192. suspensão das execuções individuais (CPC-73, art. 762, § 1º)....	925
2.193. arrecadação de bens e administração da massa.....	925
2.194. verificação e classificação dos créditos	926
2.195. alienação judicial de bens, satisfação dos credores e extinção do processo	927
2.196. extinção das obrigações e reabilitação do insolvente.....	927